

DOCUMENTÁRIO

MEMÓRIA HISTÓRICA DE CANANÉIA (X).

(Continuação).

CAPÍTULO XXXI.

VEREANÇAS DA CÂMARA DA VILA.

Entre os livros enviados por algumas das Câmaras do interior ao Departamento do Arquivo do Estado, que os conserva cuidadosamente, deparamos com os que se seguem, e que foram oferecidos pela Câmara Municipal da antiga vila de São João Batista de Cananéia: dois de **Aferições** (1738-1759), dois de **Eleições da Câmara e Ordenanças** (1721-1809), cinco de **Receita e Despêsa** (1723-1858), três de **Registros de Ordens e Cartas Patentes** (1733-1819), um de **Registro de licenças** (1794-1809), um de **Leis, Decretos e Ordens** (1816-1830), um de **Procurações** (1773-1859), um de **Posses** (1846-1848), um de **Recursos** (1860-1862), um de **Qualificação de Eleitores** (1844-1859), e um de **Registro de Bandos**, de 1823 a 1826.

Além desses, porém, existem mais sete livros de **Vereanças**, o primeiro dos quais correspondendo ao período que vai de 1721 até 1745, enquanto que o último abrange de 1837 a 1845, faltando, portanto, apenas aquêle que deveria corresponder ao período de 1746 a 1774.

Como é natural, diversas atas das respectivas sessões, dificilmente podem ser lidas, devido às condições em que se encontra a tinta, já bastante apagada, o que nos impossibilita uma leitura completa de tôdas elas.

No entanto, para que se não percam algumas das resoluções tomadas pelos vereadores daquele tempo, damos a seguir uma resenha dos mais importantes trabalhos realizados pelos mesmos e que são os seguintes:

1-11-1721.

Ofício da Câmara Municipal ao Governador da Capitania, D. Rodrigo César de Menezes, agradecendo a co-

municação de haver tomado posse do Governô e pedindo desculpas por não poder atender à ordem para se apresentar a S. Excia. por serem todos muito pobres.

26-6-1722.

Idem — agradecendo a remessa de armas para a defesa da Vila e indicando os nomes do Capitão Antônio de Freitas Henriques e Domingos Álvares Viana, para os postos de Sargento-mor e Capitão das Ordenanças da Vila.

27-1-1724.

Idem — pedindo ao Governador a volta do padre Manuel Pereira das Neves, a quem deviam a reconstrução da Igreja e socêgo da população.

1-10-1765.

Requerimento de Manuel de Souza Rodrigo ao Governador da Cidade do Rio de Janeiro, pedindo certidão de Patente do Sargento-mor — o Capitão Manuel de Souza Rodrigues, apesar da indicação do seu nome, não chegou a ocupar o pôsto de Sargento-mor das Ordenanças de Cananéia.

18-4-1767.

Ofício da Câmara ao Governador, comunicando o falecimento do Sargento-mor Manuel de Souza Rodrigues e indicando a Pedro Martins Navaes para substituí-lo.

22-12-1793.

Ofício da Câmara Municipal ao Governador da Capitania, agradecendo a participação do nascimento da princesa da Beira e comunicando não ter realizado qualquer festividade em sua honra, porque o Capitão Agostinho Roiz da Silva se negara a dar os soldados para êsse fim.

— Por êsse motivo, e a fim de fugir a qualquer responsabilidade resolveu o tenente Agostinho Roiz da Silva ausentar-se daquela vila o que fêz, fugindo em seu barco, acompanhando da família, como o afirmou o Sargento-mor Manuel José Gomes de Jesus, em ofício ao Capitão-general.

21-9-1799.

Ofício da Câmara, levando ao conhecimento do Governô a necessidade da abertura de uma estrada até Curitiba, para aumentar o comércio, concorrendo o povo com uma finta para êsse fim.

10-1-1801.

Idem — informando que o estado de pobreza do Município era tal, que não comportava mais impostos, pois a população era tão pobre, que muita gente se servia da água do mar, por não poder comprar sal.

— A falta de sal, por essa ocasião, era geral, em todas as vilas da Capitania.

1-1-1801.

Idem — participando o falecimento do Capitão-mor, Alexandre de Souza Guimarães, pai, ocorrido no dia 20 de dezembro do ano anterior.

13-6-1801.

Em reunião dêste dia resolve nomear uma comissão para tratar da pesca da tainha, a fim de socorrer à população.

25-1-1803.

Representa a Câmara Municipal ao Governador da Capitania, pedindo a criação “ao menos de uma cadeira de Gramática”.

20-8-1808.

Ofício participando que pela chegada do soberano e sua Real família haviam feito luminarias de 9 dias, Missa cantada, com Senhor exposto, **Te Deum**.

2-10-1819.

Representa a Câmara contra o Dizimeiro, Sargento-mor Joaquim José da Costa, que, elevando 80 réis exigidos pelas verduras pedia ainda uma pataca pelas farinhas que os lavradores faziam para o seu gasto.

15-7-1821.

A Câmara, em sessão solene jura as bases da Constituição.

25-8-1821

A Câmara acusa a Ordem de 8 de agosto para que enviassem memórias sobre a Vila, o que deixavam de fazer por não terem competência para isso.

— Não procedia tal alegação, uma vez que em seu próprio arquivo possuía a Câmara as interessantes “Memórias”, onde consta a notícia até mesmo da fundação da vila e seus princípios.

22-6-1822.

Idem — comunicando a exportação de gêneros para a cidade do Rio de Janeiro.

22-7-1822.

Idem — sobre a falta de sacerdote para administrar o batismo.

13-3-1823.

Ofício da Câmara queixando-se da falta de professores.

15-3-1823.

Informa a Câmara ao Marechal Cândido Xavier de Almeida e Souza, que a pobreza da vila era porque os homens preferiam a vida do mar a não a do campo.

14-6-1824.

Propõe a Câmara a abertura de uma estrada para Apiaí.

14-6-1824.

Pede a Câmara a ajuda do Governo para a abertura de uma estrada entre as vilas de Cananéia e Apiaí.

18-12-1824.

Ofício da Câmara ao Presidente da Província declarando não poderem os cidadãos daquela vila concorrer para o aumento da Marinha Nacional porque já haviam auxiliado a reedificação da Igreja Matriz e concorrido para a abertura da estrada para a vila de Apiaí, cuja picada achava-se bastante adiantada no sertão.

14-2-1825.

Propõe a Câmara ao Presidente da Província o nome do Tenente Antônio Mariano dos Santos, para comandante Militar da Vila.

11-2-1826.

Ofício do Dr. Provedor em data de 14 de janeiro, a respeito de não se contemplarem os Sargentos-mores e Ajudantes dos Corpos de Milícias nos empregos judiciais, por serem êstes incompatíveis com o serviço militar.

29-4-1826.

A Câmara comunica ao presidente da Província haver comemorado o nascimento do príncipe imperial, or-

denando aos habitantes da Vila, “três dias sucessivos de iluminação”.

14-5-1826.

Determina a Câmara Municipal seja feitos o Rossio e outras limpezas para o bem público da vila.

7-2-1827.

Resolve a Câmara promover exéquias pelo falecimento de S. M. I. D. Maria Leopoldina, comparecendo à Igreja uma escolta de 20 homens da Milícia, comandados por um Sargento da Companhia.

27-2-1827.

Representação da Câmara ao Bispo Diocesano, sobre a necessidade de um vigário para administrar os sacramentos, uma vez que o padre José Domiciano de Meira se ausentara da Vila.

8-9-1828.

Resolve a Câmara sobre uma Petição de Bento João da Silva sobre um caminho para Apiaí.

1-3-1828.

Referente a falta de Sacramentos da Igreja, devido a falta do Reverendo Pároco José Domiciano de Meira.

25-5-1828.

Sobre o conteúdo do Ofício do Rev. vigário da vila de Iguape, referente ao padre Meira.

7-5-1828.

Determina aos moradores para que apresentem documentos sobre terras que possuem no Morro do Cardoso.

17-5-1828.

Sobre demarcação de terra no Morro do Cardoso.

8-11-1828.

Sobre moeda falsa de cobre que corria na Bahia.

9-2-1829.

Ofício do Governo comunicando o falecimento do padre Domiciano de Meira e pondo em concurso a Igreja Matriz da Vila.

7-11-1829.

Sobre a falta de padre na vila, em virtude de achar-se enfêrmo o padre Meira.

— Ignoravam ainda o falecimento do mesmo, cujo facto, entretanto havia sido comunicado alguns dias antes.

28-3-1829.

A Câmara faz sentir ao presidente da Província a necessidade de professôres, que até então não existiam, pelo que mandou o mesmo publicar editais pondo em concurso a Cadeira de primeiras letras e informando-a de que ninguém se apresentara para preenchê-la.

12-6-1829.

Sôbre a necessidade do concôrto da ponte sôbre o Rio da Olaria.

— Nascendo de terrenos baixos, charcos e olhos d'água, ao Norte e Oeste da vila, o referido rio, depois de contorná-la pelo Oeste, lança as suas águas ao sul da mesma, separando-a do outeiro, ou morro de São João, onde existe um pequeno manancial de água potável que abastecia a vila e a fonte das lavadeiras. Por essa ponte transitavam não só lavadeiras como todos aquêles que procuravam abastecer-se do precioso líquido fornecido pela fonte.

31-12-1829.

Informa a Câmara ao Presidente da Província que as terras da beira-mar são baixas e pantanosas, próprias sômente para a cultura de arroz; que a parte central era devoluta e as riquezas aí eram quase indiscutíveis, sendo utilíssima a abertura de uma estrada nesse ponto.

— Há grande exagêro quanto à primeira parte, dizendo que as terras eram baixas e pantanosas, prestando-se sômente para a cultura do arroz. Existem alguns charcos, mas também ótimas terras, embora de areia, próprias para frutas, além de outras espécies de cultura.

5-4-1830.

A Câmara Municipal resolveu que todos aquêles que lançassem nos Rios timbó, erva venenosa, com o fim de matar peixes, seriam condenados com a pena de 16\$000, isto na primeira vez, na segunda além dos 16\$000 mais 10 dias de serviço público.

— Timbó, nome comum a numerosas plantas que têm propriedades tóxicas e são empregadas para envenenar os peixes. Era hábito, outrora, o lançamento de um cipó dessa espécie no fundo dos rios, do que resultava não só a morte dos peixes, como o seu desaparecimento dêsse lugar durante muitos anos.

1-7-1831.

Circular do Presidente dirigida à Câmara sobre conservação de estradas e o estabelecimento de cemitério fora do recinto do templo.

— O sepultamento de corpos era feito, antigamente, não só no interior dos templos como também na adro da própria Igreja.

18-7-1832.

Ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província, dizendo não poder dar execução à Circular de 26 de março do mesmo ano, e respectivas instruções, uma vez que naquela vila não existiam escolas de primeiras letras.

14-9-1832.

Ofício da Câmara pedindo que a parte do Orçamento da Província a ser aplicada em Cananéia se destinasse à abertura da estrada Potunã, a fim de satisfazer o povo tão desejoso desse benefício.

— A abertura de uma estrada que, de Cananéia, seguindo a direção nordeste--sudoeste fôsse até Curitiba, foi sempre pleiteada pela população local, sem que jamais houvesse conseguido, apesar de ter sido aberta uma picada, saindo nas imediações daquela cidade.

31-12-1832.

Parecer da Câmara sobre a abertura da estrada, que do Rio das Minas que lhe devia servir de Cubatão, servisse para comunicação desta Vila com a de Curitiba, e outras de Serra acima, por ser da maior utilidade.

11-1-1833.

Sobre a fabricação do azeite que seria benéfico à saúde pública fora da vila, etc.

12-1-1833.

Deliberando que a limpeza do Rossio, consertos de pontes e serventias dos habitantes desta vila, seriam feitos à custa das rendas do Conselho.

13-4-1833.

Sobre aforamento de terras do Rossio da Vila.

23-8-1833.

Pedido de informações sobre os terrenos devolutos existentes na Vila de Cananéia.

14-10-1833.

Parecer sobre a colonização, vinda de lavradores e artifices estrangeiros, para promover o desenvolvimento

do comércio, agricultura e indústria e informações sobre as terras do município.

10-4-1834.

Referente ao mau estado em que se achava o barranco da Rua do Mar, que ameaçava o desabamento das casas ali situadas.

11-4-1834.

Parecer sobre o requerimento de João José dos Reis, pedindo o terreno do Rossio, "que da parte do Sul faz divisa com a Olaria".

Foi um dos primeiros moradores desse lugar — hoje conhecido por Carijó e transformado em populoso bairro da cidade.

8-7-1834.

Na sessão deste dia é apresentado à Câmara o relatório organizado pela Comissão encarregada do Orçamento das obras da rua do Mar, hoje rua Dr. Alcoforado, com as seguintes demonstrações:

1.200 alqueires de cal a 120 réis	144\$000
Condução da mesma em duas canoas, 4 pessoas, 15 dias a 480 réis	28\$600
Tiramento de pedras e condução que deverão levar 15 dias	345\$000
Saibro, 60 dias, 2 pessoas a 480 réis	57\$600
Uma casa para recolher materiais	2\$560
Pedreiros e serventes, 4 meses a 640 réis	
Duas canoas grandes para servirem na condu- ção de cal, saibro a 50\$000	100\$000
4 pedreiros, 60 dias a 1\$000	240\$000
4 serventes, 6 dias a 480 réis	115\$200
Um administrador a 640 réis	38\$400
	<hr/>
	1:071\$360

— Apesar de certa a soma, nem tôdas as parcelas estão exatas.

20-5-1834.

Ofício da Câmara ao presidente da Província, dizendo que achando-se vaga a Cadeira de primeiras letras, pedia para ser preenchido por José Joaquim Delfino de Oliveira, que havia transferido sua residência para ali. A 22 de maio oficiava o mesmo ao presidente agradecendo sua nomeação para aquêlê cargo.

28-7-1834.

Sobre um requerimento de Antônio Florêncio de Andrade, pedindo um terreno para edificação de casas.

16-2-1835.

Referente ao flagelo do **Colera morbus** manifestado na Capital de Lisboa e em algumas terras do Reino.

— A epidemia de **colera-morbus** que se espalhou pelo Brasil causou numerosas vítimas em Cananéia, não havendo mais lugar dentro da Igreja para o sepultamento de cadáveres que, por essa razão, foram enterrados fora da mesma.

9-1-1836.

Determinando uma retificação da linha da área do Rossio, por meio de uma picada.

7-4-1836.

Propondo a abertura do canal do Varadouro para franquear as comunicações com a cidade do Paraná.

Obra de necessidade imprescindível e alcance extraordinário, foi tentada por várias vêzes, até que, em princípios do ano de 1952 foi finalmente iniciada pelo Departamento de Portos e Canais. Trata-se de empreendimento gigantesco e interêsse econômico para os Estados de São Paulo e Paraná.

22-5-1835.

Ofício do Prefeito Municipal Joaquim de Oliveira, ao presidente da Província, reclamando a nomeação de um professor de primeiras letras.

9-10-1837.

Por deliberação da Câmara, em sessão dêste dia, foi nomeado João Tobias Dias de Almeida, para exercer o cargo de professor de primeiras letras, “que apresentou um requerimento com parecer do presidente da Província recomendando-o para o mesmo cargo”.

Foi o primeiro professor público nomeado para Cananéia.

26-3-1838.

Data da nomeação de João Tobias Dias de Almeida, com o ordenado de 300\$000 por ano, registrada à fls. 74 verso do livro 1.094, **Cartas a Professôres**, do Departamento do Arquivo do Estado.

9-4-1838.

Propondo para que a limpeza do Rossio fôsse em concorrência pública, bem como a ponte da Rua da Cacimba, hoje rua Rodolfo de Lima e de outras travessas, pela quantia de 30\$000.

14-7-1838.

Sobre a demarcação de terrenos aforados no Rossio da Vila.

26-7-1847.

Nomeado José Maria Fuschini para o cargo de professor de primeiras letras. A sua carta foi apostilada a 29-11-1854, vencendo 400\$000 por ano.

2-11-1846.

A Câmara solicita ao governo da Província uma concessão de diversas verbas para melhoramentos, sendo de 450\$000 para fazer a ponte sobre o rio da Olaria; 200\$000 para a abertura de uma vala “no baixo” da Vila e reparo no caminho do Varadouro.

— A vala aberta entre as atuais ruas Tristão de Oliveira Lobo d’Oeste, e ruas que fazem frente para o mar, a leste, foi sempre objeto de cuidados por parte da Câmara que, até a data presente, ainda não conseguiu realizar um serviço perfeito e definitivo naquele local.

24-1-1847.

Oficia a Câmara ao presidente da Província indicando o nome de D. Carolina Amália de Oliveira, para dirigir a escola de primeiras letras, “não só pelos conhecimentos que tem de Gramática da língua nacional, como de bordar, rendar, marcar, e, sobretudo a honestidade e virtude de que é dotada”.

A 17 de julho de 1847 foi a mesma nomeada para o referido cargo, sendo a primeira professora a lecionar na escola primária da antiga vila, ocupando-o durante pouco tempo, uma vez que a 11 de março do ano seguinte, de 1848, era removida para a vila de Iguape, sendo substituída por D. Bárbara Jovina de Oliveira e Souza, nomeada a 15 de maio de 1851, com os vencimentos de 266\$666 anuais.

13-3-1852.

Reclama a Câmara solicitando medidas urgentes para poder sanear a Vila, propondo a abertura de uma vala atravessando-a de norte a sul, a fim de extinguir o pantanal ali existente.

Como se verifica por essa reclamação, até então, ainda não havia sido aberta a vala em apreço, cujo serviço somente mais tarde foi efetuado.

30-5-185...

Em vereança, resolve a Câmara apelar para o Governo, pedindo a construção de uma nova cadeia, uma vez que, a primitiva não oferecia a menor segurança.

Segundo a tradição, servia de cadeia um dos prédios mais antigos da cidade, situado com frente para o mar, no extremo sul da atual rua D. João III e que pertenceu a Francisco de Campos.

A 29 de janeiro de 1850, o presidente da Província, dr. Vicente Pires da Mota, oficiava ao chefe de polícia, transmitindo cópia de um ofício que recebera do delegado de polícia de Cananéia, “propondo a compra de uns muros de pedra e cal, que poderiam servir para, sôbre êles, edificar-se a Casa da Câmara, Júri e Cadeia, mediante o pagamento de 1.050\$000”.

*

* *

CAPÍTULO XXXII.

CONSTRUÇÕES NAVAIS.

A instalação de serrarias, a compra e exportação de madeiras no município de Cananéia nos últimos decênios fêz com que, praticamente, desaparecesse a indústria de canoas ali existente desde os tempos coloniais.

E isso porque, com a sistemática e geral devastação das matas nas proximidades das margens dos rios ou dos mares e canais interiores, as grandes árvores, próprias para a sua confecção sômente passaram a ser encontradas em pontos muito distantes da beira-mar, além das serras ou em grotões de difícil acesso, tornando-se as “puxadas” excessivamente dispendiosas, não compensando, portanto, o trabalho assim realizado.

Daí o desaparecimento de semelhante indústria, outrora das mais importantes do município, que chegou a exportar milhares dessas pequenas embarcações, não só para Santos, mas sobretudo, para o pôrto do Rio de Janeiro.

E tão desenvolvido era êsse comércio que, certa vez, apenas em uma de suas costumadas viagens para êsses portos, ali recebeu o barco “Bom Abrigo” para mais de cem canoas, entre grandes e pequenas.

Nos últimos anos, a “tiragem” ficou reduzida ao mínimo, quase que exclusivamente de madeiras brancas como o guapiruvú, e isso mesmo para uso local, em virtude do elevado preço de custo pela distância de onde são retiradas e dificuldades do transporte até a beira-mar, o que é feito debaixo de muitos perigos.

Entretanto, ao observador que visita Cananéia, não passa despercebida a perfeição com que são tais canoas construídas, o esmerado acabamento, a elegância de suas linhas, enfim.

E' que os mestres canoeiros daquele município, ao contrário do que acontece, principalmente na Ribeira de Iguape e seus afluentes, sacrificam o tamanho à forma da embarcação, isto é, o espaço útil, à perfeição de sua obra.

Assim, enquanto outros procuram aproveitar o tronco em tôda a sua extensão, como veículos destinados ao transporte de mercadorias, preferem aquêles limitar o seu comprimento, que deve ser proporcional à bôca, ou melhor, nove vêzes maior, do que resulta não só, o seu porte gracioso, mas, também a própria segurança.

Exímios canoeiros, são êles dignos descendentes dos antigos carpinteiros da Ribeira, vindos do Reino, entre os quais se destacaram o Capitão-mor Alexandre de Souza Guimarães e seu genro, o Sargento-mor Joaquim José da Costa, que tão alto soubera elevar o prestígio e a fama dos estaleiros de Cananéia, o que serviu de motivo para um dos quartéis do escudo da histórica cidade, onde se vê um casco, especado de nau em construção, que recorda a existência dos antigos e vultosos estaleiros cananeenses, sobretudo do século XVIII (163).

*

Segundo uma narrativa constante do livro de **Memórias** da Câmara da vila de Cananéia, a construção naval foi ali muito importante, parecendo que a primeira embarcação construída teria sido a "Nau Cananéia".

Em 1709 apparecera naquela vila um índio que, profetizando acontecimentos futuros, dizia que uma nau havia de ser feita, tangendo os sinos por essa ocasião, pois comemorando êsse fato haveria missa cantada, com assistência do povo.

Que os mestres para êsse trabalho iriam do Rio de Janeiro e indicava o lugar para o seu estaleiro, que como se sabe, ficou situado na própria ilha de Cananéia, junto ao mar do Cubatão, fronteiro à barra do rio das Minas, em cujo local, ainda hoje, por ocasião das alcantiladas marés do mês de agosto, podem ser observados na praia os restos da primitiva carreira.

Realmente, no ano de 1711 foram iniciados os trabalhos para a construção, acrescentando a narrativa que os oficiais ha-

(163). — "Carpinteiro da Ribeira" era o título dos artífices que se dedicavam à construção naval.

viam ido do Rio de Janeiro, durando a referida obra cêrca de um ano; que por essa ocasião tiveram a lamentar o desastre ocorrido com o contra-mestre do aparelho e o pilôto, os quais, de regresso do continente, onde haviam ido buscar o mastaréu, naufragaram na travessia do mar e haviam perecido afogados.

Com o término dessa construção, grandes festas se realizaram na vila, sabendo-se que a referida nau velejara para Lisboa, **onde, por sua naturalidade se conservou por muitos anos.**

Outros estaleiros, então, foram surgindo em diferentes pontos do município, prossequindo os trabalhos de construção de novos barcos, até que, no ano de 1711 recrudeceu a atividade dos armadores, sendo a primeira embarcação construída nessa nova fase, a sumaca pertencente ao Sargento-mor Francisco Gago da Câmara, em meados do século XVIII, da qual foi construtor o mestre carpinteiro da Ribeira Alexandre de Souza Guimarães, que, para êsse fim seguira do Rio de Janeiro para Cananéia.

*

No ano de 1782, tendo muitos cananeenses aprendido a arte da construção naval, começaram como que de porfia, — “a querer mostrar cada um a obra da sua indústria”.

Foi, então, para admirar-se o elevado número de estaleiros ali construídos, cinco dos quais são citados por Benedito Calixto, no seu trabalho **Capitania de Itanhaém** e que são:

“o 1.º, na fralda do Morro de São João; o 2.º, na margem do rio Taquarí; o 3.º, na ilha de Cananéia, à margem do mar Iririaia; o 4.º, à margem de um rio fronteiro a êsse lugar; o 5.º, na embocadura do Mar Pequeno, que vai para Iguape”.

Êste último, também, se achava no Morro de São João, porém, junto à pedra do Argolão, enquanto que, na fralda do mesmo morro, com frente para a vila, no lugar denominado — A Paixão —, erguia-se o do Capitão-mor Alexandre de Souza Guimarães.

Outros estaleiros existiam ainda, como o do “Japajá”, na ilha do Cardoso, que deixou de ser citado pelo autor.

O próprio livro de **Memórias**, referindo-se aos acontecimentos do ano de 1782 diz que, naquêlo ano, **os matos ficaram cheios de cortadores e serradores**, e tal foi o fervor com que se lançaram à construção naval, **que houve ano de dezasseis estaleiros.**

*

Daniel Pedro Müller, em seu **Quadro Estatístico da Província de São Paulo**, diz que no ano de 1836 ainda existiam em Cananéia dois estaleiros, empregando-se no trabalho de construção naval 28 carpinteiros, 3 ferreiros e 20 calafates.

A decadência da vila começou do princípio do século XIX em diante, tendo sido a última embarcação lançada ao mar o veleiro “Conceição Feliz”, de que fôra construtor e proprietário, João Gomes da Silva.

Esse fato ocorreu no ano de 1834. O referido barco, armado em hiate foi construído no estaleiro do Japajá, e pertenceu durante algum tempo à praça de Cananéia, sendo depois vendido para Paranaguá, onde recebeu o nome de “Flor da Verdade”.

*

Outra notícia, aliás interessante, registrada nessas preciosas memórias, é a ocorrência do ano de 1795, que tomou o nome de “Dilúvio do Mandira”.

Ao descrevê-la, diz o seu autor:

“Esta enchente tão prejudicial a uns, foi favorável a outros, porque os construtores não tiveram mais o trabalho de ir ao matto cortar madeiras, porque as praias estavam cheias do precioso material”.

Antônio Vieira dos Santos, na sua **Memória Histórica de Paranaguá**, reportando-se aos fatos que se passaram em Cananéia durante o ano de 1761 e registrados nas **Memórias da Câmara**, diz:

“Sahe neste ano, por Memoria, o principio das construções navais em seus estalleiros, e desde então se tem praticado, efetivamente, té o prezente. Alexandre de Souza Guimarães, natural da Europa e Capitão-mor da Villa, hé o primeiro construtor naval que veio do Rio de Janeiro levantar seu Estaleiro, onde fez a primeira Sumáca de que foi dono o Sargento-mor Francisco Gago da Câmara, natural da Ilha de São Miguel.

Com este primeiro Mestre da Ribeira forão muitos seus aprendizes, que viverião em desgraças com suas familias, se não aprendessem este officio tão util e necessario ao Commercio maritimo: aquélle primeiro mestre da ribeira trouxe a ventura à Ilha de Cananéa, por se ter construido desde então até o presente, talvez, para mais de duzentas embarcações, deixando por suas facturas e carregamentos muito cabedal naquelle paiz.

Sucedeu-lhe aquelle primeiro Constructor seu gen-
ro Joaquim José da Costa, Sargento-mor que foi da mes-
ma Villa, na continuação de construcções de vasos ma-
ritimos té o anno de 1810”.

*

Como já dissemos, a decadência da vila teve lugar no prin-
cípio do século XIX. Entretanto, examinando o livro n.º 1035
de **Passaportes e passageiros** (1836-1873) do Arquivo do Esta-
do, tivemos ocasião de ver a relação das lanchas, sumacas, hia-
tes, bergantins e patachos registrados naquela praça ou pertencen-
tes a moradores da mesma vila, além das embarcações “construí-
das de nôvo” em seus estaleiros, ou melhor, reconstruídas.

Entre as que ali foram construídas podemos citar a sumaca
“Dois Corações” pertencente aos irmãos Antônio José de Al-
meida e Manuel Mateus de Almeida e o hiate “Alegria”, de
Francisco de Almeida e José Maria, em 1837; o patacho “Atre-
vido”, de Bernardina de Sene e Souza & Cia., em 1838; o hiate
“Marcelo”, do Capitão-mor Alexandre de Souza Guimarães, em
1839; o patacho “Brilhante Cananéia” do Sargento-mor Joaquim
José da Costa, em 1840; a lancha “Nova Providência”, pertencente
a Manuel Antônio Guimarães, em 1842; o patacho “São
João Batista”, de propriedade de Antônio José de Medeiros em
1844; o hiate “Felicidade”, de Joaquim Filipe da Silva, em 1847
e o patacho, “Conceição Feliz”, de propriedade de José Camilo
Pestana, construído por Manuel José Gomes da Silva, em 1848.

Foram ainda reconstruídas nos estaleiros de Cananéia du-
rante o mesmo período, as seguintes embarcações:

Hiates, “São João Batista” (1834) do Capitão Antônio Lou-
renço do Prado; patacho “Rosa” de Antônio José de Medeiros
(1841); “Monte Alegre” (1842), de propriedade de Francisco
Antônio Nóbrega; patacho “Aleluia” e lancha “Constante”
(1844) pertencentes, respectivamente, a Antônio José de Me-
deiros e Joaquim Filipe da Silva, além de muitas outras.

Entretanto, muito embora os passaportes não mencionem o
lugar em que foram construídos, declaram que pertencem à
praça de Cananéia, onde residiam os seus donos, o que parece
demonstrar terem saído dos seus estaleiros.

São elas: as sumacas “São Francisco Xavier”, “Vencedora”
“Amizade”, e “São Miguel”, do capitão Antônio Lourenço do
Prado; “Serafina” e “Amizade Feliz”, pertencentes a José de
Souza Guimarães; “Josefina”, de Francisco Antônio Nóbrega
e Silva; “Júlia”, de Manuel Pereira; “Dona Izabel”, de José
Francisco Barroso.

Lanchas: “Matuta” e “Formiga”, de José de Souza Guimarães e o bergantim “Atrevido”, pertencente ao mesmo.

Hiates, “Alegria”, de Francisco de Almeida e José Maria; “Marmelo”, de Alexandre de Souza Guimarães.

Patacho “Constante Cananéia”, de Joaquim Filipe da Silva; brigue “Ana Maria”, de José de Souza Guimarães, além de muitos outros.

*

Entretanto, Cananéia, que chegou a ter tantos estaleiros e numerosas embarcações, ao iniciar-se a decadência do litoral paulista já não possuía um único barco de toda aquela frota, que, anteriormente, navegava para a Bahia e Pernambuco, ou, para os Mares do Sul, até Montevidéu e Buenos Aires.

*

* *

CAPÍTULO XXXIII.

AS MENSAGENS DO PREFEITO.

Uma das mais importantes atribuições dos prefeitos do município era a do seu comparecimento às Sessões da Câmara, a fim de dar conta dos trabalhos realizados e, ao mesmo tempo, apresentação de “Mensagens”, nas quais fazia sugestões, procurando ressaltar a necessidade dêste ou daquele serviço de benefício geral.

Eram documentos interessantes, escritos singelamente e aos quais não podemos deixar de reportar-nos, como se verá adiante.

O mais curioso, entretanto, é que várias das indicações aí feitas e até hoje consideradas como imprescindíveis ao progresso e ao desenvolvimento do município, muito embora decorrido mais de um século, ainda continuam insolúveis, apesar dos reiterados apelos dirigidos aos governos, desde aquela época remota, como a decantada abertura do canal através do istmo do Varadouro, ligando as águas das baías de Paranaguá às do braço de mar de Ararapira, entre o Paraná e São Paulo, abertura de uma estrada, que partindo da antiga vila, fôsse à cidade de Curitiba, além de outros empreendimentos de reconhecida necessidade.

Alheios à política e às conveniências particulares, integravam-se no próprio cargo, procurando dedicar-se exclusivamente aos interesses públicos.

Por isso, em suas mensagens, nada olvidavam, tratando dos mais variados assuntos e aconselhando a própria Câmara, como se vê de alguns desses documentos apresentados pelo prefeito, o Sargento-mor Joaquim José de Oliveira.

Assim, por exemplo, depois de dar conta dos trabalhos realizados e referir-se ao sossêgo público, lembrava as vantagens que adveriam da existência de caminhos para Jacupiranga, Xiririca, Paranapanema e Curitiba, a abertura do Canal do Varadouro, cujas obras, depois de várias e infrutíferas tentativas, somente em 1952, foram atacadas resolutamente por determinação da Diretoria de Portos e Canais, auxílio à indústria e instalação de escolas de primeiras letras,

“porque — dizia êle — as luzes e a indústria formam parte da grandeza de hum Povo”,

construção de mercado em que a população pudesse abastecer-se, necessidade de colonos para a formação de chácaras no Rócio, pois

“a Câmara devia convencer-se de que a lavoura era a May de toda a riqueza”,

e até mesmo, o concurso de um cirurgião, para atender aos habitantes e para a defesa da saúde pública.

Mas, para que se não perca o sabor da leitura desses documentos, passamos a transcrição dos que se seguem:

“Snr.s Presidente e mais Vereadores da Cam.a Municipal.

Sendo como hum mais importante dever de m.a parte cumprir a Ley, e Instruçoins, q. me servem de regimento, tenho a Onra vir assistir a abertura da 2a. reunião Ordr.a da Camara Municipal, e aproveitando esta m.ma occas.m tenho a dirigir a m.ma Camr.a meu sincero reconhecimento p.r q.to e pelo bem acertado modo com que me parece tem a Camara trabalhado, e se desenvolvido na Administração aSeo Cargo, que justam.te afianção e eu espero no futuro hum outro melhor quadro de nossa actual situação.

Plenamente me saptisfaz como posso participar a Camara acharem-se os Habitantes deste Municipio debacho de sua commodid.e segurança e tranquilidade, guardadas estas garantias pelos beneficios e execussão das Leis em vigor.

As posturas e deliberaçoins da Camr.a são executadas; tenho dado Instruçoins ao Comd.de da Guarda Po-

lial a bem da Policia e já ao Fiscal, e emfim aos Inspectores de quartelão, de maneira q' em todo Municipio as posturas são sabidas, e por conseq.ça observadas.

Tenho pela m.a parte buscado do Ex.mo G.o da Provincia, auxiliados q' me parecem conducentes para a prosperidade do nosso Paiz, e as soluçoins obtusas são tanto Onrrozias, como tanto mais dignas de hum eterno reconhecimento este Governo sabio Judiciozo e liberal de dia em dia p.r seos feitos apresenta quanto de sua parte pode p.a bem de nossa fellecidade e da Provincia em Geral.

Propuz a abertura de hum Canal no Cam.o do Varador, para franquear a communicação das Villas de Iguape, Cananéa, Parana, Antonina, e Freguezia de Morretes; veio a informar as Cam.as Municipaes, e estou perfeitamente convencido que ellas prestarão sua coadjuvação. Propuz a Exploração da nossa projectada Estrada para os Campos de Curitiba, e a este respeito já tive ordem para informar com a quantia necessaria p.a este servisso como já truce ao conhecim.to da Camara pela informação que pede.

Supliquei ao m.mo g.o 50 Cazaes de Habitantes para augmentar o N.o dos Lavradores, por ser este ramo o principal p.a o augm.to do Paiz, e o m.mo G.o assim me promete, logo que possa ter lugar; de maneira que p.r todos estes principios vejo como de certo o futuro apresentará hum outro melhor quadro de nossa actual cituação, assim pois marchando a par da Ley, e com a Piedade do Governo, este Paiz apresentará fortuna p.a nós Habitantes. Na persuasão destes novos Ospedes, tenho lembrado à Cam.a e reitero a neceSsaria demarcação do Rocio, seu Patrimonio p. me parecer que nella se poderão aquartelar alguns dos Cazais que se queirão lançar à plantação do Algodão, e Caffé.

Por esta vez tenho que pedir á Camara, se digne lançar hum golpe de vista, sobre a desgraça em que nos vemos pela falta de hum Cirurgião p.a o partido; nada p.a mim mais lamentavel do que ver emfermar, e Morrer sem huma consolação de dizer — exgotarão-se os meios de recurssos que a Providencia oferece. Hum Jozé Mariano q' rezide em Iguape, talvez queira vir fazer nos companhia; eu me offereço p.a aSignar com 50\$ r.s p.r anno, a Cam.a deve de sua receita entrar com o q' puder, e buscar com energia, e com o seio zello a bem da saude publica, subscriptores q' estou certo, formaremos este Estabelecim.to, qual com outros hirão convidando a ábitar este Paiz fertil e agradavel. Bem prezente nos justos sentimentos, que dominão a Camara, devo esperar do resultado de seos trabalhos numa fiel execussão da Ley de seu

regimento, buscando preencher as disposições do tt.o 3.º
— Posturas Policiaes. Paço da Cam.a em Can.a 7 de
Abril de 1836.

Joaq.m J.e d'Olivr.a
Prefeito do Municipio.

*

Ill.mos Snr.es Presid.e e mais Vereadr.s da Cam.a Mu-
nicipal.

Com satisfação Snr.es venho a prezença da Ill.ma Ca-
mara Municipal cumprir o dever que a lei me impoem, e
em virtude da mesma Cam.a Com saptisfação disse p.r
conhecer como tem caminhado os negocios de vossa ad-
ministração, com sinceridade justissa, a prudencia de ma-
neira q' accomodid.e a segurança e a tranquilid.e publi-
ca apresentação contentamento. Cumpre agora participar
q' tenho recomendado, e activado a execução das postu-
ras e deliberaçoins aprovadas. Outro tanto participe que
a experiencia, e a nececidade, com as repetidas pasagens
de recrutas, e prezos me fez conhecer como não se po-
dia passar sem o Destacamento de 4 Guardas Policiaes q'
existem destacados, necessario hé q' a Cam.a dê as suas
Ord.s p.a suprimento do q' a Ley lhe favorece, buscando
o recurssso da m.ma Ley, e observando as doutrinas do
Exmo. G.o da prov.a a sem.e respeito.

Em mim Snr.es se augmentão cada vez mais as espe-
ransas de melhoramento no nosso Paiz, p.r que alem do
augmento da População com mais ábitantes, do m.mo mo-
do a Lavoura tem em conseq.ça crescido: se augmentão
as esperanssas p. q' vejo q' o caminho que de acordo se
mandou abrir p.a Jacupiranga, está mais da metade feito,
e p.r estes 12 dias estará concluido, e logo então entra-
remos a gozar dos Mantimentos de Chiririca, Paranapane-
ma, etc. Se augmentão emfim as esperanças, p.r q' no dia
5 do corr.e fiz marchar a Ordem de Exm.o G.o da Prov.ça
a escolta destinada a explorar a projectada Estrada p.a
os Campos de Potuna, mandando então hum 1.º hum 2.º
Comd.es e 10 homens trabalhadores, com todos os socor-
ros e instruçoins, p.r virtude do que conto que deixando
elles na volta, aberto hum picadão, já tão bem principia-
remos a ter comonicação com Curitiba. Nesta occasião
movido pelo conhecim.to em que estou da nenhuma re-
ceita q' tem a Cam.a, pelo que se vê quatada no desem-
penho das palavras do seo juram.to — Promover q.to em
mim couber a fellecidade publica — não tendo com q'
e fação nem as despezas Ordinarias; apresentar-lhe dous
modos q' me parecem dignos de sua concideração.

A Camara deve p.r sy derigir-se a Assembleia Legis-
lativa Provincial, pedir-lhe a permissão de cobrar p.a ad-

jutorio de sua receita o rendim.to do Patroeyro da Barra desta V.a q' se acha sem nenhuma administração, assim obtido dar a competente tabela; nomear seu Patrão e fará com este quantitativo algum beneficio Publico, p.r este meio sem vexame de ninguem, e athe em beneficio do Comercio. 2.º. A Camara deve mandar q.to antes balizar o canal do R.o q' segue p.a a V.a de Iguape, em todo seu Municipio, colocando Esteyos de peroba pelas pontas do bachos, podendo assim andaren os Navios sem Pratico aos quaes pagão alguns 3-4-5 e 6 mil reis, então criará huma postura de mil reis poupando-lhes o q' se observa em demazia, este paSo a Cam.a deve dar inda fazendo o Sacreficio de pedir p.r emprestimo huns 30\$ r.s q' bastarão p.a isto, e dentro em hum anno pagará a dívida, e terá a desfrutar sete ou Oito que podem durar as balizas sendo da madr.a ditta. Tudo o mais q' possa correr p.a a fellecid.e e melhoram.to do Paiz, estão Snr.es submetido a Vosa Sabedoria, Patriotismo e zello com q' occupaes o Onrozo Cargo em q' as Leis vos tem constituido, ficando sertos de q' estarei pronto p.a ajudar-vos q.do seja convidado na fr.a da ley de meo Regimento. Paço da Camr.a em Cananéa, 7 de Julho de 1836.

O Prefeito
Joaq.m de Olivr.a.

*

Ill.mos Snr.es Presid.e e mais Vereadores da Cam.a Municipal.

Não vos sendo Senhores extranho o dever q' a lei me impoem desde que em virtude do temor Patrio, aceitei o emprego de Prefeito deste Municipio, eu estou na vossa Prezença no que tenho m.ta Onrra, e tenho p.r maior a saptisfação de dar-vos conta do estado da Comodid.e da segura.ça e da tranquid.e publica, podendo segurar-vos que tudo se axa em plena paz, não tendo apparecido queixa de infrassão de postura o q' m.to estimo, e assim acaba de relatar-me o compet.e Fiscal. Dos negocios como a meo Cargo já sabereis, q' o caminho q' mandei abrir p.a Jacupiranga, se axa completamente acabado, e breve esperamos p.r elle, mantim.tos de Piah.y. Parnapanema, pela Freg.a de Chiririca.

Da exploração da projectada estrada p.a os Campos de Potunã de Curitiba, tão lizongeias me forão as primeiras esperanças q' p.r sua imformação me deu o Sr. Cons.e Francisco Ant.o Pacheco, tanto mais desagradavel me tem sido ver as dificuldades q' p.r sua segunda entrada me apresenta, de maneira q' tenho determinado huma 3a. deligencia, não só p.r q' conheço q.tos beins de-

vem resultar a este Paiz pela cumclusão deste beneficio, como p.r bem de m.a responsabilid.e como o Ex.mo G.o aq.m tenho a dar contas ulteriores p.a as quaes p.r este modo não me julgo completamente ábilitado.

Por esta vez então Snr.es tenho de chamar vossas dignas atençaõs sobre o Estudo da Guarda Nacional do nosso Municipio, fazendo com q' esta Ley de sua criação seja perfeitamente executada como cumpre; ella hé nossa unica força, ella persiza comseber a tatica Militar, p.a o q' pela respectiva Auctorid.e hé neceSsario pedir ao G.o Instructor, Tambor, propor a Ordem de S. Ex. Outro tt.o Snr.es compete m.mo a Ill.ma Cañ.a derigir-se a Assembléa Legislativa Prov.al pedindo os reditos da Patroaje da Barra desta V.a p.a adjutorio de sua receita como ponderei no meo Discurso p. p com cujo quantitativo sem vexame de ninguem, poderá fazer algum benef.o Publico. Reitero finalmente na Vossa Presença os sentimentos q' me dominão de amor á Ordem, obdiencia á ley e as auctorid.es constituidas, sempre pronto a Vosso chamado, em tudo q' for conforme á Lei de Vosso e de meu requerimento. Paço do Cons.o em Cam.a 12 de 8br.o de 1836 (1).

Joaq.m J.e d'Olivr.a
Prefeito.

*

O Sargento-mor Joaquim José de Oliveira, que fôra tabelião na vila de São Francisco do Sul (Santa Catarina), de onde, com a família transferira residência para Cananéia, ali desempenhou não só o cargo de prefeito, como também os de sub-prefeito, presidente da Câmara, juiz Ordinário, delegado de Polícia, além de outros.

Foi dos vultos mais notáveis da vila, incansável no cumprimento dos deveres dos cargos occupados e aos quais procurou honrar pelo trabalho, e, sobretudo, com elevado espírito de justiça.

*

Snr.es Presidente e mais Vereadores.

Por quanto hé do meu mayor dever por bem da ley, promover a comodidade segurança e tranquillidade publica, tendo a honrra de vir assistir á abertura da presente reunião Ordinaria e primeira deste anno, tenho tambem a de dar á Camera Municipal, que suas posturas e deliberaçoens aprovadas têm sido perfeitamente fiscalizadas, e como tal executadas. O Municipio goza de huma plena

tranquilidade e segurança publica e por bem da Policia não padece o menor receio. Os Guardas Policiaes a meu mando, fazem comodamente o S.ço de Patrulhas com reforço nos dias de augm.to de Povo na V.a em boa disciplina, e já dispostos a aprender a carregar e descarregar prontamente, tudo conforme a ley e Instruções do G.o, evitando o que se pode chamar relaxação, m.tas vezes mãy dos crimes.

Os Lavradores do nosso Municipio se tem lançado a seus trabalhos com tanta energia que não posso afirmar e como ouço geralmente dizer que na foctura colheta de Mandioca, e arroz este Municipio apresentará huma dobrada exportação; esta esperança de hum novo quadro de melhoram.to tem contentado o meu cuidado.

O Caminho que com esta Cam.a acordei de mandar fazer do Porto do R.o do Barbosa p.a a Fraguezia de Chiririca, está feito e já p.r mim m.mo paga a picada, e breve por meio da amigavel subscrição espero que fique feito, e o povo principiando obter dos recursos e mantimentos a V.a de Parnapanema. Para a importante Estrada que devemos ter do Porto do R.o das Minas aos Campos de Potunã de Curitiba, já me dirigi (como prometi á Cam.a) ao G.a da Prov.a pedindo providencias, analisando os meios de riqueza p.a entrar na devida exploração unindo-me as instruções e Ley dadas a meu emprego, e espero esta solução para cumprir como o m.mo G.o for servido resolver, no entretanto hiremos percebendo remedio p.r aquele d.o caminho: em fim todos os meios que minhas luzes puderem alcansar, e no modo sempre compativel com a Ley eide procurar a bem da felicid.e do Municipio, e se faz então indispensavel, que a Cam.a Municipal me ajude.

O Snr. Prezid.e da Camara deve destinar nas sessões ordinarias dando por materia que se proponha, se discuta e se delibere a resp.to doq. manda a Ley de 1.º de 8br.o no tt.o Funções Municipais, e no que encontrar embaraço ou falta de meios, deve consultar meo parecer, e então veremos o meio licito de recurso, afim deq. esta Ley seja perfeitamente executada e os Povos que gozem do seu beneficio.

A Cam.a deve saptisfazer-me com q.l q.r solução que tenha sobre a m.a recomendação, no meu 1.º Discursso, m.a l.a lembransa, o estabelecim.to de huma Aula de pr.as Letras, tam justa como necessario nesta V.a, certa de que as Luzes e a industria, formão p.te da grandeza em hum Povo.

Pela falta de meios para s e faser huma banca p.a nella se vender o Peixe, a Cam.a deve designar huma Pra-

ça publica p.a este fim, e p.a todo o mercado de viveres e comestiveis, e nella só se deve vender com liberde e evitar certos abuzos q. observe, e chamar assim a ser Povo de, hum bom modo de vender e de comprar, e o Terreno q. existe entre a caza de Jozé da S.a Guim.es e o Par-dieiro da Cap.m Alex.e de Souza Guimr.es me parece m.to bom p.a ser ali a Praça do mercado dos mantim.tos formando-se a este resp.to a comp.te Postura que pesará sobre os contraventores.

Ja pedi á Camr.a Municipal huma informação sobre o estado em que se acha o Rocio, meia legoa de Terras do seu Patrimonio, e decerto que não hé sem motivo p.r que me consta q. os antigos foreiros, abandonarão suas moradas p.r verem suas plantas deveradas pelos gado Vacuum criado á solta e sem Pastor, dentro da V.a, e pela occas.am q. tive de ver as contas da Camera, lastimei ser aq.ta de 2\$900 r.s quanto obteve dos foros do Rocio.

A Cam.a deve de huma ves ficar convencida de que a Lavoura hé Mãi de toda riqueza, deve preferir os Foreiros no seo Patrimonio, á criação do gado na V.a, q.do então huma e outra cousa pode haver. Hum imposição de 600 r.s p.r cabeça de Gado á solta, fará com este proveniente huma serca boa, de Madr.a e no futuro, de limão, que defendá as plantações dos foreiros, e assim neste terreno pode haver boas chacaras, caffés, Aves, e outros recursos de pr.a necessidade, pelos mais vizinhos á V.a, e ter a Cam.a huma dobrada receita, e já meios de fazer algum benef.o publico.

O estado em que observe este nosso Pais desafia a proteção de todo Homem de bem, morm.te no que pelo meu amor proprio, abem do m.mo q. habita me faz avan-sar tanto: O Povo merece gozar tranquilid.e, os Lavra-dores parecem ser reanimados, a industria nececita ser propagada p.r que tudo o mais de bondade, o Pais encerra dentro em sy: A Camr.a Municipal pr. meio de dois de seu regim.to m.to pode obrar, protestando ou de coad-juvar com suas medidas em conformid.e sempre com a Ley.

Paço da Cam.a Municipal de Cananéia, 7 de Janeiro de 1836.

Joaq.m j.e d'Olivr.a
Prefeito do Municipio.

Confre o Original.
Olivr.a.

(Continua).

ANTÓNIO PAULINO DE ALMEIDA
da Sociedade de Estudos Históricos